

NA SOLUÇÃO DA DISPUTA SOBRE A LEI ELEITORAL

A.1.4

ONU APELA À OPOSIÇÃO PARA SE JUNTAR AO GOVERNO

14/9/93

O Conselho de Segurança da Nações Unidas adoptou ontem em Nova Iorque uma resolução sobre o processo de paz em Moçambique apelando à Renamo e aos outros partidos políticos da oposição, para se juntarem ao Governo na resolução da disputa sobre o Anteprojecto de Lei Eleitoral.

A resolução, que aprova o novo relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, sobre o processo de paz em Moçambique, afirma ser necessário que a Renamo e os restantes partidos cheguem a acordo, sobretudo quanto à composição da Comissão Nacional de Eleições.

Ainda no tocante às eleições, o Conselho de Segurança reafirma a importância da sua realização, até Outubro de 1994.

O Conselho de Segurança exorta à

Renamo a juntar-se ao Governo no acantonamento das suas forças, e sublinha a necessidade de «o Governo moçambicano e a Renamo, iniciarem, de imediato, a desmobilização das suas tropas». De acordo com o novo calendário sobre o processo militar, a desmobilização da forças armadas deve iniciar-se este mês.

A resolução aprovada por unanimidade, enaltece os progressos alcançados na formação das novas forças armadas moçambicanas, em particular no treinamento dos futuros

instrutores do Exército unificado, no complexo zimbabweano de Nyanga.

O Conselho de Segurança saúda também os resultados do recente encontro entre o Presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

Sobre a observação das actividades da Polícia, recomenda-se ao Secretário-Geral da Nações Unidas, no sentido de examinar, com urgência, o pedido do Governo de Moçambique e da Renamo para o envio ao país de um contingente para o efeito.

Uma fonte governamental moçambicana disse ao «Notícias» que o Governo moçambicano e a Renamo ainda não tomaram qualquer decisão sobre o número de homens que irão fiscalizar as actividades da Polícia.

Segundo a mesma fonte, o Governo pretende, no entanto, que os 128 homens que constavam do relatório de Boutros Ghali, de Dezembro passado, para «impedir que a Polícia moçambicana viole os direitos humanos» sirvam de base para esse contingente.

Nesse relatório, Boutros Ghali recomendava o envio desse contingente, com o pretexto de que o Acordo Geral de Paz não abrangia as forças policiais.